

de terras e a situação dos prédios de antigas escolas da zona urbana, discutindo possíveis emendamentos junto ao Governo do Estado e ao Poder Executivo Municipal. Não havendo mais matérias a deliberar nem orçamentos inscritos, a primeira secretária, sob a direção da presidência, encerra a sessão. Para constar, eu, Rosemary Edmondu Aquino de Guiróz, Primeira Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Sr. João Bruscelenti e pelos demais vereadores presentes.

Rosemary Fernandes D. de Deus

Antonio Maurício Gomes de Souza
Luiza Moriana Fuchs Bessa
Antonio Ganeilson do Rêgo
Antônio da Silva
João Diego Ribeiro do Silva

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2027 DO MUNICÍPIO DE ENCANTO/RN.

Aos 23 dias do mês de junho do ano de 2026, às 9 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Encanto, Estado do Rio Grande do Norte, realizou-se Audiência Pública destinada à apresentação, discussão e coleta de contribuições acerca do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2027, do Município de Encanto/RN. A audiência foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal, Vereador Leonardo Roberto de Lima Silva, contando com a presença de vereadores, representantes

do Poder Executivo Municipal, procuradores públicos, assessores, cidadãos e demais interessados. Aberta a audiência, o Presidente Leandro Roberto de Lima Silva saudou os presentes e declarou oficialmente iniciados os trabalhos, destacando a importância da participação popular no processo de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, instrumento essencial para orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual e estabelecer as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2027. Em seguida, o Presidente solicitou aos presentes que ficassem em posição de respeito para a execução do Hino Nacional Brasileiro e, logo após, do Hino do Município. De encontro, momento em que todos permaneceram respeitosamente de pé. Na sequência, o Presidente abriu espaço para a representante do Poder Executivo Municipal, a fim de que fossem apresentadas as principais partes do Projeto da LDO 2027, especialmente no que se refere às metas, prioridades, diretrizes fiscais, previsão de receitas, organização das despesas, equilíbrio orçamentário, planejamento das ações governamentais e demais aspectos técnicos pertinentes à matéria. A representante do Poder Executivo Municipal, a fim de que fossem apresentadas as principais partes do projeto da LDO 2027, especialmente no que se refere às metas, prioridades, diretrizes fiscais, previsão de receitas, organização das despesas, equilíbrio orçamentário, planejamento das ações governamentais e demais aspectos técnicos pertinentes à matéria. A representante do Poder Executivo realizou sua explanação inicial, esclarecendo os objetivos da LDO, sua função dentro do ciclo orçamentário municipal e os principais eixos previstos para o exercício de 2027, ressaltando que o projeto busca orientar a elaboração do orçamento anual em consonância com o Plano Plurianual, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as necessidades administrativas do Município. Após a explanação, o Presidente Leandro Roberto de Lima Silva informou que seria aberto espaço de cinco a dez minutos para que os vereadores e demais presentes pudessem fazer suas considerações iniciais, destacando

do, contudo, que a presente audiência pública tinha finalidade de apresentação, esclarecimento e coleta de sugestões gerais, não constituindo espaço formal para apresentação de emendas legislativas, tampouco para discussões de natureza político-partidária. Ato contínuo, o Presidente solicitou à Secretária que realizasse as inscrições dos vereadores e cidadãos que desejassem fazer uso da palavra. Aberta a fase de manifestações, fez uso da palavra a Vereadora Lúcia, pelo prazo legal, oportunidade em que destacou a relevância da audiência pública como instrumento de participação e controle social. Em sua manifestação, sugeriu que fossem analisadas possibilidades de inserção, na LDO 2027, de rubricas ou previsões relacionadas à criação de um centro de zoonoses, bem como a destinação de recursos e ações voltadas ao atendimento e fortalecimento de políticas públicas para o público LGBTQIAP+. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Marcelo, que parabenizou a Presidência da Câmara pela iniciativa da audiência pública e ressaltou a importância do debate orçamentário de forma transparente e participativa. O parlamentar sugeriu que, durante a audiência e no curso da tramitação da LDO, também fossem discutidas questões relacionadas ao esporte, especialmente quanto às ações que poderiam ser previstas ou fortalecidas para melhorar as políticas esportivas no Município. Na sequência, a Vereadora Rosemary Fernandes fez uso da palavra e destacou a importância da audiência pública, parabenizando o Presidente Leonardo Roberto de Lima Silva pela iniciativa e pela condução dos trabalhos. A parlamentar registrou, ainda, que, em sua análise inicial, não observou de forma específica nada relacionado à reforma e construção do matadouro, sugerindo que o tema fosse observado e incluído dentro das prioridades municipais. O presidente Leonardo Roberto de Lima Silva, dando continuidade aos debates, pontuou sobre a realização de concurso público municipal, afirmando já existir previsão para a realização de concurso público no exercício de 2027. Em seguida,

indagou se havia, dentro da respectiva Secretaria, o valor específico reservado para a realização do canteiro. Respondendo à indagação, a Contadora Anailza esclareceu que o valor orçado estaria estimado em aproximadamente R\$ 50.000,00, explicando que a gestão contrata a empresa responsável pela realização do concurso, ficando esta encarregada da operacionalização das etapas necessárias ao canteiro. Na sequência, o Presidente Leonardo Roberto de Lima Silva indagou se, dentro da LDO, seria possível detalhar ou prever ação relacionada à realização do curso preparatório para o concurso público, especialmente como forma de promover capacitação e ampliar as oportunidades de preparação dos munícipes interessados em participar do futuro canteiro, indagando ainda questões relativas ao FUNDEB (recursos postas na LDO), piso da enfermagem, plano de cargos, carreiras e salários dos servidores. Em resposta aos questionamentos, a representante do Executivo informou que o valor inscrito do FUNDEB é apenas uma estimativa, sendo o valor que o Executivo espera que venha. Com relação ao piso foi aprovado um piso para os profissionais da saúde, destacando que cada categoria terá sua remuneração específica, afirmando que a distribuição já existe, ressaltando que no que se refere aos enfermeiros estes já recebem um complemento do Governo Federal e por isso a ação destacada veio de forma separada para fins de prestação de contas. A vereadora Rosemary Fernandes indagou em relação à questão das fossas sanitárias e a dificuldade enfrentada pelo município e onde seria possível inserir referida ação, tendo a representante indicado que já existe uma logística própria para essa demanda, sendo adequada para a contratação. Sobre as sugestões da Vereadora Leidia Guedes, Anailza afirmou que diante da existência da unidade municipal já existe a logística de castração de gatos e cachorros, sendo obrigatória a presença de um veterinário junto a referida unidade municipal, mas confirmou ser possível.

p.m. inserir a referida ação na LDO. Em seguida o Vereador
 da Idréia Guedes afirmou que a unidade do castro móvel em
 Pau das Ferras é fruto de emenda parlamentar, indicando
 que faria a sugestão e de prioridade de ação de construção
 mesmo sem a existência do castro móvel. No que pertence a
 criação de um programa de assistência à comunidade LGBT,
 Anailza afirmou p.m. ser possível criar a ação e inserir den-
 tro da assistência social, tendo o Presidente Leonardo e a Vere-
 dora Idréia sugerido que também fosse inserida a referida
 ação dentro das metas da saúde. O Presidente Leonardo ainda
 perguntou a Anailza acerca da construção de um calçadão na Avenida
 Civaldo Jonuário sobre o valor previsto para referida construe-
 ção se serão próprios de fonte de recursos de convênios. Ainda
 em seu espaço de fala, o Presidente Leonardo indagou sobre o valor
 orçado para o duodécimo da lâmina, tendo a assessoria jurí-
 dica respondido que o percentual já é definido constitucionalmen-
 te e em complemento Anailza afirmou que na construção do or-
 çamento a lâmina pode identificar um propósito específico
 para ser contemplado e, se necessário, proceder-se suplementa-
 ção. Como sugestão o Presidente Leonardo falou da nece-
 ssidade de reformas de prédios públicos e alguns reparos,
 indagando sobre a possibilidade de alteração de valor
 uma vez que 100.000 é um valor muito baixo, tendo Anailza
 informado que na LOA o valor poderá ser revisado e aumentado.
 Por fim, o Presidente Leonardo informou que a lâmina providen-
 ciará formulários para que a população possa contribuir com suges-
 tões de ações para serem inseridas na LDO e a assessoria jurí-
 dica informou que todo o material colhido deve ser encaminhado à
 Presidência da Comissão Mista Permanente para fins de análise e dis-
 cussão ampla sobre a possibilidade de emendas à LDO. Após as
 manifestações, foram realizadas as esclarecimentos técnicos pertinen-
 tes, tendo sido ressaltado que as sugestões apresentadas duran-
 te a audiência Pública serão registradas em ata e encia-

minhadas para conhecimento das comissões competentes da Câmara Municipal, bem como para análise técnica no curso de tramitação legislativa do Projeto da LDO 2027. O Presidente esclareceu que eventuais emendas ao Projeto da LDO devem observar o rito próprio do processo legislativo, os prazos regimentais, a compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a legislação orçamentária aplicável e as normas internas da Câmara Municipal. Ficou registrado que as manifestações apresentadas durante a audiência pública não implicam aprovação automática de alteração no texto do projeto, mas constituem contribuições relevantes para subsidiar a análise parlamentar, os debates das comissões e eventual formulação de emendas pelos vereadores, na forma regimental. Como encaminhamentos, deliberou-se: Primeiro, que a presente ata seja lavrada e juntada aos documentos relativos à tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2027. Segundo, que as sugestões apresentadas pelos vereadores e demais participantes sejam encaminhadas às comissões competentes, especialmente à comissão responsável pela análise orçamentária, para conhecimento e avaliação. Terceiro, que seja dado conhecimento ao Poder Executivo Municipal acerca das contribuições apresentadas na audiência, para que, se entender pertinente, preste informações complementares ou avalie a possibilidade de adequações técnicas do plano fomento municipal. Quarto, que as matérias relativas à criação do centro de zoonoses, políticas públicas voltadas ao público LGBTQIA+, incentivo ao esporte, reforma ou construção do matadouro, realização do concurso público e eventual curso preparatório sejam registradas como sugestões apresentadas durante a audiência pública. Quinto, que eventual apresentação formal de emendas ao Projeto da LDO 2027 observe o prazo e o procedimento estabelecidos no Regimento Interno da Câmara Municipal e na legislação aplicável. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Leonardo Roberto de Lima Silva agradeceu a presença de todos, suscitou a importância

ciz da participação popular e declarou encerrada a audiência pública. Para constar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

Rosemary Fernandes D. de Almeida

Isilda Moreira J. Bersa

Antonio Vazilun do Rêto.

Ugo Diego Beltrão do Silva